



## RIO GRANDE DO NORTE

# Sindsegur participa de sessão solene na Câmara Municipal de Natal em homenagem ao dia do vigilante



Na ocasião a diretoria do Sindsegur esteve presente, junto ao Sindfort/RN e diversos outros nomes importantes para nossa categoria como o companheiro Iran Marcolino ( assessor da CNTV ), O ex-deputado estadual e vigilante Sandro Pimentel e Claudio Gabriel representante da Superintendência Regional do Trabalho.

Durante a sessão diversos companheiros e companheiras foram homenageados pelo exercício da tão valorosa profissão de vigilante. Um dos homenageados pelo Sindsegur foi o companheiro Agrício Enedino, que exerce a profissão a mais de 30 anos.

**O assessor da CNTV, Iran Marcolino (foto),** ressaltou a importância das lutas realizadas desde que a profissão de vigilantes foi regulamentada para garantir direitos históricos dos vigilantes. como piso salarial, jornada de trabalho, 30% de periculosidade dentre outros.

A palavra de ordem do Sindsegur é união e força para avançar cada vez mais a luta pela valorização profissional. Seguimos na batalha diária para garantir os direitos e avançar ainda mais nas conquistas da nossa categoria.

Fonte: sindsegur

# Câmara de Natal realiza solenidade em comemoração ao Dia Nacional dos vigilantes



**Em comemoração ao Dia Nacional dos vigilantes, a Câmara Municipal de Natal realizou na manhã desta quarta-feira (21), uma sessão solene em homenagem à categoria por iniciativa da Comissão De Defesa Dos Direitos Humanos, Proteção Das Mulheres, Dos Idosos, Trabalho E Igualdade.**

O Dia do Vigilante é comemorado anualmente em 20 de junho. Esta data é uma homenagem a todos os profissionais que se dedicam a proteger as propriedades públicas e privadas, com o intuito de evitar vandalizações e garantir a segurança do ambiente. Na cerimônia, o trabalho da categoria foi reconhecido com a entrega de diploma meritório a alguns destes profissionais que se destacaram no seu ofício.

Segundo a vereadora Ana Paula Araújo (Solidariedade), os vigilantes dedicam-se a proteger o patrimônio e a vida das pessoas e são preparados por treinamentos regulares promovidos por escolas de formação fiscalizadas e autorizadas pela Polícia Federal.

“Hoje tivemos a oportunidade de homenagear esses profissionais que trabalham duro para desempenhar as suas atividades em prol da nossa cidade. Então, nada mais justo do fazer essa homenagem neste dia comemorativo. E

aqui a homenagem se estende ao sindicato da categoria também. São eles que representam a luta dessa classe,” observou a vereadora.

Sandro Pimentel, ex vereador e ex deputado estadual, esteve presente na cerimônia. “É uma honra muito grande participar dessa homenagem. Sou vigilante há 32 anos e tive um período, inclusive, que fui vereador nessa Casa e mesmo com o mandato também tirava meus plantões como vigilante,” falou destacando que a categoria está comemorando também 40 anos de legalização no Brasil.

Os vereadores Daniel Valença (PT), Júlia Arruda (PCdoB), Bispo Francisco de Assis (Republicanos) e Milklei Leite (PV) estiveram presentes.

Texto: Phablo Galvão

Foto: Francisco de Assis

Fonte: CAMARA DE VEREADORES DE NATAL

**LIGEIRO**  
www.vigilantesbarueri.com.br

INFORMATIVO RÁPIDO DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE BARUEURI  
nº101 - Junho de 2023

## Dia Nacional do Vigilante

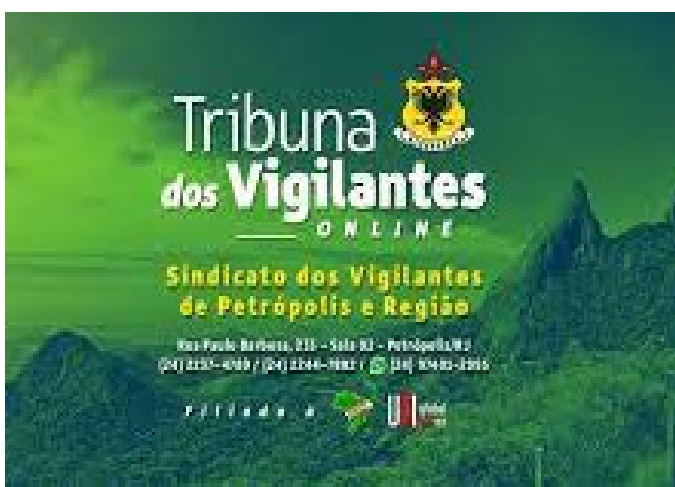
Data comemorativa pede aprovação da Lei Anticalote

Todos os anos no dia 20 de junho os profissionais da segurança privada comemoram o Dia Nacional do Vigilante. A data reconhece a importância da atuação dos profissionais na proteção da sociedade. Não é novidade que os órgãos públicos enfrentam grande desafio no combate à criminalidade. E nesse sentido os vigilantes assumem um caráter complementar à atividade da segurança pública. Por isso o Sindicato dos Vigilantes de Barueri registra aqui sua homenagem a todos estes profissionais guerreiros que, diariamente, se esforçam para exercer suas atividades com dignidade e compromisso em prol da segurança e bem-estar de todos os cidadãos.

**Todos os vigilantes juntos para dizer: CHEGA DE CALOTE!**

Neste ano o Dia Nacional do Vigilante tem um motivo especial: a luta pela aprovação da do Projeto de Lei 624/2023, a Lei Anticalote. É uma batalha encampada pelo Sindicato dos Vigilantes de Barueri juntamente com a CNTV, a CUT e o deputado Luiz Claudio Marcolino, mas que envolve os vigilantes e todos os trabalhadores terceirizados do Estado de São Paulo. Infelizmente algumas empresas encerram as atividades e não pagam salários, vale-transporte, vale-refeição, Participação nos Resultados, décimo terceiro, férias, entre outros. Na maioria dos casos as empresas fecham as portas e não fazem sequer a homologação, deixando de pagar a rescisão e o Fundo de Garantia (FGTS).

# 20 de junho - Dia Nacional do Vigilante



Instituída em 1983, por meio da Lei Nº 7.102, que regulamentou a profissão, esta data é um reconhecimento ao trabalho de todos os vigilantes.

Em 2023, a profissão de vigilante completa 40 anos de existência e o Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e Região parabeniza todos os profissionais que se dedicam à proteção da vida e do patrimônio, empenhando coragem e força diante dos riscos.

Ser vigilante é ser cidadão, consciente da sua importância na sociedade. É pertencer a uma categoria forte e unida, que expressa dignidade e comprometimento com a sociedade.

**Parabéns pelo seu dia!**

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e Região



# TST e Caixa celebraram acordo para reduzir número de processos



**Edifício-sede da Caixa em Brasília. Foto: Agência Brasil**

O Tribunal Superior do Trabalho e Caixa Econômica Federal celebraram nesta terça-feira (20) um Acordo de Cooperação Técnica para a redução do número e do prazo de duração dos processos no TST. Hoje tramitam no TST 11,5 mil processos da CEF e 52 mil processos nos Tribunais Regionais.

O acordo também incorpora a execução de projetos ou eventos de interesse comum ligados à prevenção de litígios, à desjudicialização, ao gerenciamento de precedentes qualificados sobre temas jurídicos diversos e ao fomento da resolução consensual de controvérsias.

O acordo de cooperação pretende negociar a conciliação em todos os processos com decisão

definitiva, antes de iniciar a execução, e propor a conciliação em cerca de 1000 a 2000 processos de conhecimento a cada bimestre, no TST e nos TRTs. No TST e no segundo grau, será proposta a conciliação em todos os processos em que a CEF é recorrente e na maioria dos temas em que a CEF é recorrida. Será também proposta a conciliação ainda no primeiro grau, em matérias exclusivamente de direito.

No mesmo ato, será entregue pela Caixa uma lista com 1.250 processos selecionados (500 deles em trâmite no TST) para proposta de conciliação, com possível repercussão econômica de cerca de R\$ 1,7 bilhões.

Fonte: TST

# Erro em cancelamento de benefício do INSS gera dano moral previdenciário

**O cancelamento indevido de um benefício pago pelo INSS sem o devido cuidado é suficiente para causar dano moral previdenciário. Com esse entendimento, o juiz Narciso Leandro Xavier Baez, da 2ª Vara Federal de Chapecó (SC), condenou a autarquia a pagar R\$ 5 mil a uma pessoa aposentada por invalidez.**



**Pela falta de exames atualizados, INSS presumiu que beneficiário estaria apto a trabalhar**  
Reprodução

O autor da ação recebia a aposentadoria desde 2004. Quatorze anos depois, em 2018, o INSS fez uma operação de pente fino e suspendeu o pagamento por entender que o benefício era indevido. O beneficiário deixou de receber a prestação e, com contas acumuladas, teve o nome inscrito em cadastro de inadimplentes.

O INSS agiu a partir de uma perícia que identificou que não haviam exames ou registros médicos recentes e que o exame físico estava prejudicado. Em vez de pedir a atualização desses documentos, preferiu concluir que ele seria plenamente capaz de trabalhar, o que levou ao cancelamento.

Para o juiz da causa, houve falha do serviço prestado pela autarquia. Entendeu ainda que seria desnecessária qualquer avaliação subjetiva quanto à conduta da autarquia, vez que se trata de responsabilidade objetiva.

“A ocorrência do dano moral evidencia-se pela própria natureza da verba subtraída. Os benefícios previdenciários consubstanciam-se verba alimentar, destinada, portanto, à própria subsistência da beneficiada. Deparar-se com a ausência de seus valores em data que habitualmente são depositados é suficiente para que se vislumbrem aflições à pessoa”, disse.

“Provado o equívoco e a ineficiência da atuação da autarquia com o ato de cessação, entendeu o Julgador que o INSS também deve ser penalizado pelo abuso cometido como forma de compensar os incontroversos prejuízos alimentares do trabalhador”, comentam os pesquisadores e professores Sérgio Salvador e Theodoro Agostinho, especialistas em Direito Previdenciário e autores da obra Dano moral previdenciário.

**FONTE: Danilo Vital - revista Consultor Jurídico**

# Na OIT, CUT defende trabalho decente como parte do desenvolvimento sustentável

**Central também apontou importância de país ratificar Convenção 156 que trata da igualdade de gêneros no mundo do trabalho**



Uma comissão de dirigentes da CUT participou da 111ª Conferência Anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O encontro, tripartite, com representantes das classes trabalhadora e empresarial e de governos de vários países aconteceu entre os dias 5 e 16 de junho em Genebra, na Suíça. Ao longo do encontro, a Central saudou a iniciativa da OIT em lançar a Coalização Global pela Justiça Social e apontou a necessidade de aliar o tema da transição tecnológica a um modelo justo de produção.

Secretário de Relações Internacionais da CUT, Antônio de Lisboa Vale, apontou que os avanços

tecnológicos têm resultado em expansão da miséria e não na melhoria da qualidade de vida e promoção de trabalho decente, como deveria ser.

“Diminuir os altos índices de gás carbônico é urgente. Mas isso não pode ser feito às custas dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente da imensa maioria pobre. Análises sobre os impactos dos avanços tecnológicos e da inteligência artificial no mundo do trabalho são alarmantes. Ao invés dos ganhos de produtividade serem revertidos para as sociedades, seguem sendo usados para a concentração de riqueza e renda”, afirmou.

## **Mudanças efetivas**

O dirigente lembrou que o mundo ainda conta com mais de 160 milhões de crianças envolvidas com trabalho infantil e cerca de 50 milhões de pessoas em trabalho escravo moderno. Destacou também que 4,1 bilhões de pessoas não tem acesso à proteção social e mais de 2 bilhões de trabalhadores estão em emprego informal, sem acesso a direitos e lutando para garantir uma renda mínima para sobreviver.

“Na América Latina e Caribe, 1 em cada 2 pessoas trabalha em condições de informalidade e com 2 a 5 vezes mais chances de estar na pobreza. O que caracteriza o fenômeno do trabalhador pobre, aquele que mesmo trabalhando não consegue sustentar dignamente sua família”, alertou.

Em contrapartida, o 1% mais rico do mundo possui quase 2/3 de toda riqueza gerada desde 2020, cerca de US\$ 42 trilhões, seis vezes mais dinheiro do que 90% da população global conseguiu no mesmo período.

Para Lisboa, não haverá uma verdadeira justiça social sem que se enfrente as causas e os causadores das injustiças, principalmente, a falta de regulação do trabalho nas cadeias globais, que concentram renda entre as pessoas e riqueza entre as regiões. Caso das empresas de plataformas como aplicativos de entrega e mobilidade, entre os quais, Uber e Ifood.

## **Igualdade de gênero**

A CUT também participou dos debates nas comissões de aplicação de normas, nas quais são discutidos casos graves de violação de direitos trabalhistas e sindicais. A edição deste ano reuniu 24 denúncias e a central defendeu dois deles, um relativo à violação do reajuste do salário mínimo para toda a classe trabalhadora, em Guiné-Bissau, e outro sobre terceirizações fraudulentas, na Indonésia.

Outro tema levado pelos dirigentes foi o debate sobre a igualdade de gênero no Brasil. Secretária da Mulher Trabalhadora da Central, Juneia Batista, integrou os debates sobre a organização social do cuidado.

A partir desse tema, a dirigente falou sobre o amparo destinado aos trabalhadores e trabalhadoras que já saíram do mercado e a luta pela ratificação das convenções 156 e 190 da OIT, que tratam da igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares e do direito das pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio, respectivamente.

Ambas as normas foram encaminhadas, em março, pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Congresso Nacional e aguardam a apreciação dos parlamentares.

“O Brasil pode ser uma experiência exitosa se conseguirmos integrar a esse processo a interpretação clara do cuidado como um direito humano e sua vinculação com a redistribuição das responsabilidades do cuidado familiar entre todos os trabalhadores, como indicam as Especialistas, questionando os preconceitos de gênero que perpetuam a desigualdade, segregação de empregos, status familiar e o impacto exagerado na produtividade que recai sobre as mulheres”, disse.

Também representaram a CUT na conferência o secretário de Meio Ambiente, Daniel Gaio, e o Secretário de Relações de Trabalho, Ari Aloraldo do Nascimento.

Fonte: CUT - Escrito por: Luiz Carvalho



# “Senado precisa agir: o Brasil está sendo boicotado”, afirma nota da CUT sobre juros

**As altas taxas de juros aumentam os preços, encarecem os empréstimos e empurram o consumo para baixo. Reduzem a capacidade de consumo, enfraquecem o comércio e paralisam a produção, diz CUT**



O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), anunciou nesta quarta-feira (21), a manutenção da taxa básica de juros do país, a Selic, em 13,75% ao ano pela sétima reunião seguida.

A CUT em nota se posicionou contrária à decisão do Copom em manter a taxa de juros em patamares extorsivos.

A Central, que vem organizando uma série de protestos contra o índice da Selic, o maior do mundo, pede ainda que o Senado Federal retire da presidência do Banco Central o bolsonarista Roberto Campos Neto, que, segundo a entidade, deliberadamente, prejudica o Brasil

ao fazer oposição ao governo Lula a partir de uma instituição essencial para o crescimento econômico sustentável do país, com geração de emprego e renda.

**Senado precisa agir: o Brasil está sendo boicotado**

A decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central de manter a taxa básica de juros, a Selic, em extorsivos 13,75%, mesmo diante de um cenário de queda da inflação e melhoria dos indicadores macroeconômicos é um atentado ao esforço do governo para a reconstrução do Brasil.

A autonomia do Banco Central e a



manutenção de Roberto Campos Neto, um agente do então governo Bolsonaro, como presidente dessa instituição essencial à regulação macroeconômica, beneficiam a minoria de especuladores e rentistas, em prejuízo da classe trabalhadora, quem produz, comercializa, presta serviços, enfim, da maioria da população, que não aguentam as altas taxas de juros praticadas do Brasil.

A manutenção da taxa Selic obriga o governo a gastar mais na negociação dos títulos públicos federais. Mantê-la alta, desnecessariamente, prejudica o investimento produtivo e a geração de emprego e renda. Faz o governo gastar bilhões de reais com juros e ficar com menos recursos para investir em saúde, educação, desenvolvimento científico, moradia, obras e fomentar o investimento produtivo.

Os investidores, por sua vez, preferem a especulação, com a qual conseguem ganhar muito fazendo pouco, e deixam de investir na produção, comércio e serviços, ou seja, impedem o país de gerar empregos.

As altas taxas de juros aumentam os preços, encarecem os empréstimos e empurram o consumo para baixo. Reduzem a capacidade de consumo, enfraquecem o comércio e paralisam a produção, impactando negativamente nos empregos.

Não há porque manter a taxa de juros nesse patamar elevado. A inflação está sob controle, a valorização do Real perante o dólar é uma realidade, o governo atua em todas as frentes para reconstruir o Brasil, mas o Banco Central tem agido como um poder à parte, na contramão da vontade da maioria da população e dos poderes constitucionais e das reais

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

necessidades de um país em reconstrução.

A CUT em unidade com as demais Centrais Sindicais foram para as portas do Banco Central, em capitais em todo o país, nesta quarta-feira (20), denunciar os juros extorsivos e pressionar pela redução da taxa.

Com a injustificável e inaceitável manutenção da Selic, a pressão agora será sobre o Senado, para que retire da presidência do Banco Central um homem que, deliberadamente, prejudica o Brasil, que faz oposição ao governo a partir de uma instituição essencial para o crescimento econômico sustentável do país, com geração de emprego e renda.

A lei de autonomia do BC, definida pela Lei Complementar nº 179/2021, prevê que o presidente do Banco Central pode ser substituído se for considerado inapto para cumprir com os objetivos do BC ou se renunciar. Em caso de demissão, é necessário o aval do Senado Federal. Campos Neto tem se demonstrado inapto, o que exige ação do Senado.

A Central Única dos Trabalhadores manifesta, mais uma vez, seu veemente repúdio a essa postura inaceitável do Banco Central e conclama toda a sua base, todas as organizações da sociedade brasileira e poderes constituídos, para que solicitem que o Senado Federal tome as medidas cabíveis para retirar da presidência do BC um inimigo do Brasil.

**Somos fortes. Somos CUT.**

São Paulo, 21 de junho de 2023

**Direção Nacional da CUT**

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF